



foto: Marcos Oliveira / Nacab

## Quanto custam os danos causados pelo crime da Vale?

Construção da Matriz de Danos busca indenizações justas para as pessoas atingidas

Página 8

### ENTREVISTA

Nova coordenadora da ATI Paraopeba Nacab fala sobre desafios

Página 3

### ACORDO JUDICIAL

Implementação dos anexos e participação das pessoas atingidas

Páginas 4 a 7

### POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Modos de vida, culturas e religiões em risco

Página 10

## Editorial

Desde que foi eleito Assessoria Técnica Independente (ATI) da Região 3 da bacia do Paraopeba, em julho de 2019, o Nacab luta lado a lado com pessoas, comissões e comunidades por participação informada e garantia de direitos. Em 2022, com a execução do Acordo Judicial (assinado entre a Vale, o Governo de Minas e as Instituições de Justiça) a pleno vapor, entramos numa nova fase do processo de reparação.

Para manter a Região 3 informada sobre os desafios atuais, trazemos mais esta edição do jornal *Reparação*. Ela se inicia com uma entrevista com a nova coordenadora da ATI Paraopeba Nacab, Marília Fontes. Em seguida, apresentamos um panorama da implementação do Acordo e da atuação do Nacab para garantir a participação efetiva das pessoas atingidas na execução de seus anexos. Contamos para vocês como andam a construção da governança do fundo que irá abrigar os recursos dos projetos locais (anexo 1.1); a busca por melhoria e ampliação do Programa de Transferência de Renda (anexo 1.2); a implementação dos projetos de fortalecimento de políticas públicas nos municípios atingidos (anexo 1.3); e os debates sobre o papel das pessoas atingidas na reparação socioambiental (anexo 2).

A edição traz ainda uma reportagem sobre o avanço do trabalho com povos e comunidades tradicionais na Região 3, que possuem danos e direitos específicos a serem reconhecidos no processo de reparação. E descreve também a construção da Matriz de Danos da Bacia do Paraopeba e Lago de Três Marias, que vem sendo debatida com as pessoas atingidas nos territórios e que pode assegurar indenizações justas pelo crime da Vale.

Depois de muita informação, encerramos nossa sexta edição com uma história em quadrinhos. Os personagens Ana e Juca convidam a ampliar a luta pela reparação justa e integral. Vamos lá? Boa leitura!

## Vozes atingidas

**Iraciara Aparecida dos Santos Anjos, 11 anos**

Filha de Valmérica Francisca e Márcio José Barbosa, do Grupo de Congado Nossa Senhora da Imaculada Conceição, da Comunidade de Uruçuia, Esmeraldas.

# Mulher

Mulher é guerreira, forte, trabalhadeira. É a coisa que a minha mãe faz: Ela trabalha, me ensina a arrumar a casa e estou aprendendo com ela. Eu me arrumo, vou pra escola e quando chego da aula ajudo ela nos afazeres, porque eu vejo que ela é muito trabalhadeira e faz tudo para nós, filhos. Eu e meu irmão temos orgulho dela.

Ela nos dá bronca, mas é para o nos-

so bem. Por isso, todos devem ter respeito pelas mulheres de todo o mundo. Ela aprendeu com minha avó, mãezinha Iracema, e está passando para nós, filhos.

Mulher é amor, é paz, é vida. Viva as mulheres!

Vamos respeitar as mulheres, elas são vitoriosas!

Abençoadas sejam as mulheres, principalmente a que me deu a vida.

*Iraciara e sua prima Izadora lendo o poema no I Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais da Região 3*



Foto: Bárbara Ferreira/Nacab

Curta | **AS REDES**  
Compartilhe | **SOCIAIS**  
Fortaleça | **DO NACAB**

  @nacabmg

[nacab.org.br](http://nacab.org.br)

Chip Dúvidas  
 31 99596-9065



Assessoria  
Técnica  
Independente  
PARAOPEBA

**NACAB**  
NÚCLEO DE ACESSORIA  
ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS  
POR BARRAGENS

Rua Santo Antônio, 30, Apto. 2  
João Braz - Viçosa, MG

E-mail: [contato@nacab.org.br](mailto:contato@nacab.org.br)

Telefone: (31) 3885 1794

Coordenadora Geral: Marília Andrade Fontes

Coordenação Geral:  
Alexandre Chumbinho, Irla Paula Stopa, Luciano Marcos da Silva, Marília Andrade Fontes, Marluce de Souza Abduane

Assessor de Comunicação:  
Leonardo Dupin

Assessora de Matriz de Danos:  
Francine Pinheiro

Assessor de Povos e Comunidades Tradicionais: Cláudio Rodrigues

Assessora de Mulheres e Juventude:  
Ângela Oliveira

Gerente Administrativo Financeira:  
Marluce de Souza Abduane

Gerente Socioambiental: Irla Paula Stopa

Gerente Jurídico: Alexandre Chumbinho  
Gerente de Qualidade da Água e Avaliação de Riscos à Saúde:  
Lauro Fráguas

Gerente de Reparação Socioeconômica:  
Luciano Marcos da Silva

### Jornal *Reparação*

ISSN 2764-1996

Editores: Brígida Alvim, Leonardo Dupin e Raul Gondim

Textos: Bárbara Ferreira, Marcio Martins e Marcos Oliveira

Projeto Gráfico e ilustrações:  
Fabiano Azevedo

Designers: Christiane Souza e Fernando Oelze

### Assessoria Técnica Independente Paraopeba - Escritórios

Belo Horizonte: R. Bueno Brandão 351, Santa Tereza

Paraopeba: Av. Dom Cirilo, 609, Canaã

Pará de Minas: Avenida Minas Gerais 413, bairro São José

Esmeraldas: Rua Senador Melo Viana, 158, 2º andar, Centro

Entrevista

# Sensibilidade e competência a serviço da reparação

Por Raul Gondim

“

Assim, nos desafiamos no dia a dia a ser uma ATI das pessoas atingidas. Ou seja, compreendendo seus anseios, especificidades, demandas e pautando o trabalho técnico na realidade local.

”

Foto: Marcio Martins/Nacab

**No dia 10 de junho, Marília Fontes passou de gerente geral para a nova coordenadora geral da ATI Paraopeba, além de presidenta do Nacab. Agora, todas as Assessorias Técnicas Independentes (ATIs) que atuam na calha do Paraopeba são coordenadas por mulheres, unindo sensibilidade e competência a serviço da reparação. Marília é graduada em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), mestra em Agroecossistemas e doutora em Geografia Agrária, pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Possui larga experiência em trabalhos com comunidades e desenvolvimento territorial.**

**Quais são os desafios no atual contexto da reparação?**

MARÍLIA: É um processo muito desafiador, com múltiplas dimensões, incompletudes, retrocessos e avanços. A conquista das ATIs é um avanço muito importante das pessoas atingidas, mas há uma ofensiva contra esse direito e é necessário vigília constante para não retrocedermos. Outros desafios são: garantir a participação efetiva das pessoas atingidas na implementação das ações do acordo judicial, com atenção às mulheres, povos e comunidades tradicionais e populações mais vulneráveis; defender a homologação da matriz de danos construída pelas ATIs; o cadastramento do Programa de Transferência de Renda; avançar na organização popular em nível de bacia do Paraopeba.

**Como as pessoas atingidas podem garantir mais conquistas no processo de reparação?**

**MARÍLIA:** As chances de vitória passam pela organização popular das pessoas atingidas. É a luta organizada que garantirá direitos. As ATIs vêm atuando no sentido de alavancar esse processo. É visível a diferença nos territórios atingidos pela mineração no estado onde não se tem ATI. Neles, as pessoas estão numa situação ainda pior, de falta de informação, sem conhecerem seus direitos, com baixa organização para lutar por conquistas e em conflitos abertos. Portanto, o direito de ter uma ATI, escolhida por elas, com profissionais qualificados para assessorá-las, garantindo o que é chamado no meio jurídico de princípio da paridade de armas (condições semelhantes em um processo judicial), e apoiando o processo de organização, é uma conquista que precisa ser defendida a todo instante.

**O que podemos esperar, no próximo período, do trabalho do Nacab na Região 3?**

MARÍLIA: A atuação do Nacab é dialogada com as comissões, pessoas e comunidades atingidas. Nesse diálogo constante vamos apurando o rumo, implementando ações, corrigindo rotas. Assim, nos desafiamos dia a dia a ser uma ATI das pessoas atingidas. Ou seja, compreendendo seus anseios, especificidades, demandas e pautando o trabalho técnico na realidade local. A partir do segundo semestre de 2021, com o abrandamento das restrições impostas pela pandemia, iniciamos a ampliação da participação, a capilarização nos territórios e a inclusão de segmentos que estavam invisibilizados no processo da reparação. Isso se mantém e se intensificará no próximo período.

*De olho no acordo*

# Avança proposta de gestão de fundo para projetos

Pessoas atingidas querem ter tomada de decisão na gestão de crédito e microcrédito e projetos previstos no Anexo I.1

Por Marcio Martins

Desde a assinatura do acordo de reparação em fevereiro de 2021, a população atingida pelo desastre-crime da Vale aguarda pela implementação dos projetos e políticas de reparação previstos no documento. Dentre eles, estão as ações do Anexo I.1, que destina R\$ 1 bilhão para oferta de crédito e microcrédito às pessoas atingidas e R\$ 2 bilhões para projetos de escolha dos próprios grupos e comunidades.

De agosto de 2021 a junho de 2022, o Nacab realizou 32 reuniões com as comissões de atingidos da Região 3, para construção da proposta de governança e gestão dos recursos do Anexo I.1. Os encontros impulsionaram o debate sobre formas de organização das comissões e coletivos de pessoas atingidas. Cerca de mil pessoas, nos 10 municípios acompanhados pelo Nacab, participaram dessas atividades.

Nos dias 11 e 12 de junho, um grande encontro em Belo Horizonte reuniu representantes das pessoas atingidas das cinco regiões da bacia do Paraopeba e do Lago de Três Marias. Junto às assessorias técnicas independentes, elaboraram um documento

unificando as demandas dos grupos e comunidades.

“Este documento será debatido com as comissões, para que o Anexo I.1 possa ser finalmente executado com a chamada dos primeiros projetos. Há expectativa de que os recursos possam chegar o quanto antes nas localidades atingidas, para soluções de problemas vivenciados, além de dar início à retomada das atividades econômicas e à superação dos danos”, explica o gerente de reparação socioeconômica da ATI Paraopeba Nacab, Luciano Marcos da Silva.

## ■ Em andamento

As três ATIs (Nacab, Guaicuy e Aedas) trabalham na composição do Sistema de Participação das pessoas atingidas, para aprovação dos projetos e políticas de crédito e microcrédito. Está em construção, também, o Plano de Desenvolvimento das regiões, para definir linhas de projetos a partir de um mapeamento de danos nos territórios atingidos.

“Organizamos aqui na comunidade uma associação de moradores e o programa de crédito e microcrédito pode nos ajudar muito a resolver demandas agrícolas e de educação, por exemplo.”



**VITOR JEREMIAS DOS SANTOS**  
morador da comunidade de São José, em Esmeraldas

“Espero que a gente realize um pouco dos nossos sonhos para nossas comunidades. Queremos poder escolher e que pelo menos alguma melhoria seja realizada.”



**VALDILENE APARECIDA DA SILVA**  
moradora da comunidade de Pindaíbas, em Pequi

foto: Bárbara Ferreira / Nacab



Encontro organizado pelas 3 ATIs resultou em carta conjunta das comunidades

De olho no acordo

# Programa de Transferência de Renda cadastra em toda a bacia

Desde fevereiro, estão sendo cadastradas pessoas que nunca receberam o extinto Pagamento Emergencial ou foram bloqueadas pela Vale

Por Marcio Martins e Raul Gondim

foto: Marcos Oliveira / Nacab



Trabalhadores do Shopping da Minhoca se cadastraram para receber o primeiro auxílio financeiro após o desastre-crime.

“ O PTR vai ser uma boa ajuda. Desde o rompimento o nosso rendimento caiu bem. A gente continua levando a vida, mas não é como era. Eu sempre tenho esperança e espero que dessa vez saia essa ajuda. A gente tem que acreditar que tudo vai melhorar! ”



**JOSÉ ROSA DOS SANTOS FILHO**  
trabalhador rural na comunidade de Beira Córrego, em Fortuna de Minas

O Programa de Transferência de Renda (PTR), previsto no Anexo I.2 do Acordo Judicial, vem avançando no território atingido da bacia do rio Paraopeba desde fevereiro deste ano. Na Região 3, a Fundação Getúlio Vargas (FGV), responsável por gerir o programa, durante o primeiro semestre de 2022 realizou conversas e cadastramentos presenciais em Cateanópolis, Esmeraldas, Fortuna de Minas, Paraopeba, Florestal e Pará de Minas.

Quem for incluído no programa, receberá também os valores devidos desde novembro de 2021, quando o PTR teve início. Esses

valores retroativos serão pagos em parcelas mensais, junto com o auxílio daquele mês. Atualmente o valor recebido pelas pessoas que participam do PTR é de R\$ 606,00 por adulto, R\$ 303,00 para adolescentes e R\$ 151,50 para crianças.

O calendário de visitas da FGV tem sido divulgado mês a mês, contemplando poucas comunidades diante da expectativa das pessoas atingidas. O edital de contratação da empresa gestora do PTR estabelece a meta de cerca de 50 mil cadastros novos que precisarão ser realizados em toda bacia. Ou seja, a FGV ainda terá muito trabalho pela frente.

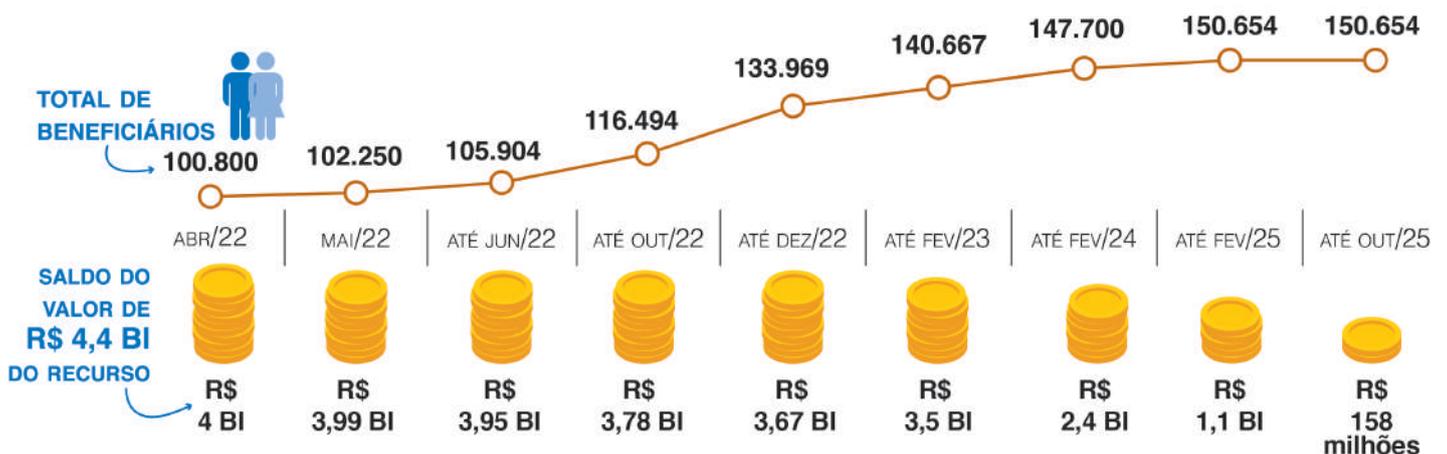
## ■ PTR NAS REDES

Para quem não quiser aguardar a visita da FGV, está aberta também a possibilidade de cadastro online, pelo site [www.fgv.br/ptr](http://www.fgv.br/ptr).

Se você busca mais informações e quer saber o calendário das próximas visitas da FGV, acesse [www.nacab.org.br/ptr](http://www.nacab.org.br/ptr).



## ■ PREVISÃO DA FGV DE NOVAS INCLUSÕES NO PTR



FONTE: RELATÓRIO DA FGV DE MAIO DE 2022 ANEXADO AO PROCESSO NÚMERO 5026408-67.2019.8.13.0024

De olho no acordo

# Fortalecimento de serviços públicos nos municípios atingidos

Ações previstas no Anexo I.3 do Acordo Judicial têm sido pautadas em reuniões com poder público para garantir controle social

Por Leonardo Dupin

foto: Marcio Martins / Nacab

Com previsão de R\$ 2,5 bilhões em investimentos para fortalecimento de políticas públicas nos 25 municípios atingidos pelo desastre-crime, além de Brumadinho, o Anexo I.3 determina uma série de projetos de reparação socioeconômica a serem executados pela Vale.

Desde o início de 2022, quando começaram a ser divulgados os primeiros projetos selecionados pelo Comitê de Compromitentes do Acordo Judicial (Instituições de Justiça e Governo de Minas Gerais), o Nacab tem auxiliado grupos e comunidades atingidas no diálogo com o poder público. O objetivo é garantir o controle social, ou seja, a intervenção das pessoas desde a fase de pré-implementação.

“A organização e participação popular é fundamental para que as pessoas atingidas possam incidir sobre o processo de reparação, que tem sido lento, mas implicará



Reunião de pessoas atingidas com a prefeitura de Esmeraldas

no futuro dos territórios atingidos. O Nacab tem estado junto aos atingidos e acolhido demandas, que passam por geração de renda e recuperação das condições de vida anteriores ao rompimento”, descreve Antônio Carlos de Souza, especialista da gerência de reparação socioeconômica da ATI Paraopeba.

## COMO SE DIVIDEM OS PROJETOS DO ANEXO I.3?

### PACOTE DE PROJETOS DO FLUXO ORDINÁRIO:

projetos que passaram pela Consulta Popular em novembro de 2021. Após seleção pelo Comitê de Compromitentes, a Vale está detalhando as iniciativas da primeira onda. A expectativa é de que sejam executados 3 projetos em cada município atingido. Em Caetanópolis, espera-se que sejam 4.

### PACOTE DE PROJETOS REGIONAIS:

também selecionados a partir da Consulta Popular, porém en-

volvendo mais de um município, a exemplo do asfaltamento da MG 060, que liga São José da Varginha a Esmeraldas.

**PACOTE DE RESPOSTAS RÁPIDAS:** projetos de indicação direta do Comitê de Compromitentes, com prazos mais rápidos de liberação e implementação. Não passam por consulta às comunidades. Exemplos são capacitações que já começaram a ser realizadas com as prefeituras, bem como a entrega de maquinários.

“

Não posso reclamar do poder público de Caetanópolis, porque nas vezes que eu preciso apoio a comissão do Shopping da Minhoca. Mas a respeito do Anexo I.3, acho que poderiam melhorar quando houver entrega para Caetanópolis, pois o pessoal daqui gostaria de participar, de estar presente nas decisões, porque Caetanópolis só é município atingido por causa do Shopping da Minhoca. ”



MARILEI APARECIDA ALVES

comerciante do Shopping da Minhoca

### ■ Consulta para Povos e Comunidades Tradicionais

Atualmente, está aberta a consulta popular específica para Povos e Comunidades Tradicionais, que conta com o apoio das assessorias técnicas, e poderá resultar na aprovação de novos projetos pelo Comitê de Compromitentes.

A lista dos projetos que serão implementados está sendo divulgada pela Fundação Getúlio Vargas, responsável por fiscalizar o Anexo I.3, no site: [www18.fgv.br/projetorioparaopeba](http://www18.fgv.br/projetorioparaopeba)

De olho no acordo

# Reparação socioambiental em debate



Fotos: Bárbara Ferreira / Nacab

Encontros buscam ampliar a participação popular no plano previsto no Anexo II do Acordo Judicial, de responsabilidade da Vale

Por Leonardo Dupin

O Plano de Reparação Socioambiental da bacia do Paraopeba é a esperança de milhares de atingidos em poderem voltar a utilizar o rio Paraopeba. Previsto no Anexo II do Acordo Judicial, ele prevê investimentos de pelo menos R\$ 5 bilhões para sua execução, sem teto financeiro. Ou seja, mesmo que este recurso acabe, o plano deve continuar até que todo o meio ambiente esteja plenamente recuperado.

Pelo acordo, a recuperação ambiental da bacia é de responsabilidade integral da Vale, mineradora responsável pelo desastre-crime. Para executar o plano, a Vale contratou a empresa Arcadis que vem trabalhando na região. As Assessorias Técnicas Independentes (ATIs), assim como as comissões de pessoas atingidas, têm sido pouco informadas sobre esse processo.

“O Plano de Reparação Socioambiental é um instrumento fundamental para a reparação dos danos ambientais, tais como a poluição do Paraopeba e contaminação dos solos próximos às margens do rio. Mas infelizmente a participação dos atingidos não está prevista em sua construção. O Nacab tem realizado oficinas para apresentá-lo para todas as comunidades da Região 3. Essa é uma forma de levar informações para que as pessoas se organizem e lutem por seu espaço de participação na reparação socioambiental”, explica Lauro Fráguas, gerente de Qualidade da Água e Avaliação de Risco à Saúde da ATI Nacab.

Para ampliar o interesse e a participação popular no tema, o Nacab realizou em Belo Horizonte, no dia 24 de maio, um encontro sobre o plano reunindo

representantes das comissões de atingidos da Região 3. Nas semanas seguintes, entre junho e julho, foram realizadas 27 oficinas presenciais no território, contemplando todas as comissões. O objetivo foi colher impressões, críticas e sugestões das pessoas atingidas sobre o plano, que serão reunidas em um relatório para as Instituições de Justiça.

“

Precisamos de ações com mais urgência e de imediato. Com o impacto do meio ambiente, isso tirou parte das nossas vidas, dos nossos laços, nosso direito de ir e vir, nossa criação. Eu diria que grande parte da nossa vida foi embora com isso. Então o meio ambiente é de grande importância para nós agora.”



**ADALTIVA CARDOSO**  
produtora rural do município de Florestal



Encontro em Belo Horizonte reuniu pessoas atingidas para conhecer e debater o Plano de Reparação Socioambiental

Direitos individuais

# Matriz de Danos e a luta por direitos

Conheça esse instrumento essencial para a indenização individual construído junto às pessoas atingidas

Por Marcos Oliveira e Brígida Alvim

foto: Marcio Martins / Nacab

Documento que identifica, classifica, descreve os danos causados pelo rompimento da barragem em Brumadinho, indica valores e critérios para pagamento das indenizações. Assim é a Matriz de Danos, instrumento criado para auxiliar as pessoas atingidas na busca por seus direitos individuais relativos ao desastre-crime.

Construída em conjunto pelas Assessorias Técnicas Independentes (ATIs) das cinco regiões da Bacia do Paraopeba e Lago de Três Marias, ela busca assegurar uma reparação justa e que corresponda às expectativas das pessoas atingidas. Com esse objetivo, desde o início de 2022, o Nacab, que atende a Região 3, tem trabalhado com as equipes da Aedas (ATI das regiões 1 e 2) e do Instituto Guaicuy (regiões 4 e 5), para reunir danos levantados nos 26 municípios prejudicados pelo desastre-crime da Vale.

O resultado deste esforço vai apontar critérios de reconhe-



Reunião em São José (Esmeraldas) sobre a versão preliminar da Região 3

cimento, valoração e comprovação dos danos. “Estabelecer critérios de reconhecimento é indicar pessoas e grupos que sofreram com cada dano e que poderão utilizar a Matriz de Danos para calcular a indenização individual. Definir métodos de valoração é indicar quanto custa cada dano, de acordo com valores de mercado e valores reconhecidos pelo Poder Judiciário

em casos parecidos. Assim, a soma de todos os danos de uma pessoa deverá representar o valor de sua indenização individual. Por fim, a Matriz de Danos busca descrever os meios de prova adequados para demonstrar os prejuízos descritos”, explica Sarah Zuanon, analista sênior jurídico, que faz parte da equipe de Matriz de Danos da ATI Paraopeba Nacab.

## Matriz preliminar da Região 3

foto: Marcio Martins / Nacab



Paralelamente à construção conjunta com as ATIs, em maio e junho de 2022 a ATI Paraopeba Nacab apresentou e debateu a Matriz de Danos Preliminar com pessoas e comunidades dos 10 municípios da Região 3.

Foram 1.100 pessoas participantes dos encontros, onde foi apresentada a primeira versão do instrumento, construída com dados fornecidos pelas pessoas atingidas em processos de escuta, reuniões e pesquisas do Nacab, desde 2020. A Matriz de Danos preliminar da Região 3 foi resumida em uma cartilha, distribuída nas reuniões.

NA MATRIZ DE DANOS PRELIMINAR DA REGIÃO 3, OS DANOS SÃO ORGANIZADOS EM 3 EIXOS TEMÁTICOS:

### EIXO 1

#### Danos Materiais



**PRODUÇÃO, TRABALHO  
E RENDA**

### EIXO 2

#### Danos Materiais



**BENS MÓVEIS E IMÓVEIS  
DA MORADIA**

### EIXO 3

#### Danos Imateriais



**SAÚDE, BEM-ESTAR, TRADIÇÃO,  
HONRA, HÁBITOS, CULTURA**

“

Todos nós sentimos na vida, na nossa realidade do dia a dia, o que aconteceu após o rompimento da barragem. Mas especificar isso e colocar em palavras é difícil. A partir do momento que chega esse documento a gente consegue se identificar melhor com o que está no papel. Tudo aquilo que nós passamos, o que estamos vivenciando no momento e que ainda vamos passar está especificado aqui e isso é muito importante. ”



**ANA ALICE TANURE**

comunidade de Padre João (Esmeraldas)

“

A Matriz de Danos vem fazer justiça, porque muita coisa foi perdida. A gente perdeu, inclusive, a nossa dignidade e a capacidade de sustentar a nossa família. Até abril de 2022 a gente não tinha recebido nenhum recurso. Então essa Matriz de Danos (preliminar) veio complementar coisas que a gente nem tinha noção que tinha direito. ”



**FERNANDA SOARES**

trabalhadora do Shopping da Minhoca  
(Caetanópolis)

## Conquista popular

Entre os históricos de processos que julgam desastres-crimes da mineração, há muitas dificuldades colocadas para a validação da Matriz de Danos. No caso de Mariana, por exemplo, que tramita há sete anos, ela foi construída, com o apoio de sua assessoria, mas o juiz não homologou essa versão do documento, ou seja, não a reconhece oficialmente.

Mas há também conquistas, como as alcançadas recentemente por famílias indígenas do Povo Pataxó e Pataxó Hã Hã Hãe da Aldeia Naô Xohã, em São Joaquim de Bicas, também atingidas pelo rompimento da barragem da Vale em Córrego do Feijão; e pessoas atingidas pelo acionamento do Plano de Ação de Emergên-

cia para Barragens de Mineração (PAEBM) da ArcelorMittal, em Itatiaiuçu (MG); ocorridos em 2019.

A primeira conquista se refere à ação que o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública da União ajuizaram contra a Vale, para que a mineradora pague indenizações individuais aos indígenas atingidos. Na petição inicial, ou seja, documento que abre o processo, há a matriz de danos deles, com a lista de danos e valor da indenização, que corresponde a quase 900 mil reais por pessoa.

Em Itatiaiuçu, com a aprovação da Comissão Representativa dos Atingidos(as), foi celebrada a assinatura de um acordo, pelo Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público de Minas Ge-

rais (MPMG) e a ArcelorMittal, para a reparação dos danos individuais das pessoas atingidas. Assim, elas poderão negociar as indenizações por núcleos familiares e iniciar uma nova etapa em suas vidas.

■ A participação e o engajamento das pessoas atingidas em todas as etapas desse processo são essenciais, pois são elas que devem dizer quais são seus danos, quem sofreu esses danos, quanto eles custam e de que forma eles podem ser provados.

COM RACISMO NÃO HÁ REPARAÇÃO

fotos: Bárbara Ferreira / Nacab



Grupo de Congado Nossa Senhora da Imaculada Conceição, da Comunidade de Urucuia, Esmeraldas

Danos imateriais

# Povos e comunidades tradicionais reivindicam direitos

ATI Paraopeba Nacab levanta danos às tradições e faz parecer sobre a situação dos povos e comunidades de matriz africana

Por Bárbara Ferreira

Ameaças às tradições, aos modos de vida singulares, relações religiosas, culturais e afetivas com o rio e seu entorno estão entre os atingimentos humanos causados na bacia do rio Paraopeba pelo desastre-crime da Vale em 2019. Para além de danos materiais, o rompimento da barragem afeta a memória e a história das regiões atingidas.

Para entender os prejuízos

às tradições, fazeres e culturas locais, a ATI Paraopeba Nacab tem abordado os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) da Região 3. No último ano, realizou pesquisas para identificação desses grupos e levantamentos dos danos específicos. E tem feito atividades para informar e estimular a participação deles na implementação do Acordo Judicial de reparação.

■ Na Região 3 da bacia do rio Paraopeba, já foram identificados: pescadores e pescadoras artesanais, comunidades quilombolas, povos indígenas, benzedeiras, raizeiras, povos de terreiros de umbanda e candomblé, congadeiros e congadeiras, das folias de reis, povos ciganos, entre outras tradições. Toda essa diversidade tem em comum a forte relação com o rio e a vida ao seu redor.

“

Com nossos irmãos e semelhantes unidos, poderemos alcançar êxitos nesse processo. E conservando a nossa mãe natureza, pela qual cultuamos nossas crenças e raízes. Estamos tendo a oportunidade de lutar por ela, de não deixar que outras empresas como a Vale tomem o que é nosso.”

MÃE INDOLOYÁ

líder de terreiro de candomblé em Esmeraldas



# Ameaças ao patrimônio imaterial afro-brasileiro

Em iniciativa inédita em processos de reparação por rompimentos de barragens, a ATI Paraopeba Nacab disponibilizou um parecer jurídico que aponta prejuízos causados pelo desastre-crime da Vale, em Brumadinho, ao patrimônio cultural imaterial afro-brasileiro. Ele foi elaborado pelo advogado Hédio Silva, um dos maiores juristas do país no campo da liberdade de crença, patrimônio cultural afro-brasileiro e igualdade racial, e encaminhado às Instituições de Justiça (Ministérios Públicos Estadual e Federal e Defensoria Pública de Minas Gerais).

Comunidades ligadas à cultura imaterial afro-brasileira estão entre as principais afetadas por esse tipo de tragédia. Há estudos que indicam racismo ambiental, mostrando que a maioria dos empreendimentos minerários estão localizados próximos a comunidades majoritariamente negras e também com a presença de povos indígenas.

O parecer, chamado “Proteção constitucional e infraconstitucional do patrimônio cultural imaterial afro-brasileiro vulnera-



*O jurista Hédio Silva, autor do parecer encomendado pelo Nacab, é referência no campo da igualdade racial e liberdade de crença*

do por crimes ambientais” poderá auxiliar na fundamentação jurídica sobre a reparação desses povos após o rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão. O documento considera as tradições, conhecimentos e práticas transmitidas através de gerações e que foram drasticamente afetadas.

“O principal é colocar em pauta o patrimônio cultural imaterial brasileiro, porque a natureza ocupa um lugar central na liturgia, nos ritos, nos dogmas e cerimônias das religiões afro-brasileiras. Ao paralisar a atividade religiosa, não só prejudica essa

dimensão do patrimônio cultural material, como incide sobre um aspecto importantíssimo, que é o chamado conhecimento tradicional. O ensino, a aprendizagem, a formação do sacerdócio, tudo se passa no contexto do terreiro. Então, há um prejuízo à reprodução do conhecimento tradicional”, explica Hédio, referindo-se às consequências da contaminação do rio Paraopeba e comprometimento do meio ambiente da região.

## AÇÕES JÁ REALIZADAS PELO NACAB:

- Criação da Assessoria especial para Povos e Comunidades Tradicionais;
- Pesquisa de identificação de povos e comunidades tradicionais;
- Identificação de povos e comunidades de religiões de matriz africana, em parceria com o Cenarab;
- Avaliação especializada e construção de um parecer jurídico sobre os danos sofridos por povos e comunidades de religiões de matriz africana;
- I Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais da Região 3, realizado em Florestal.
- Início de assessoria à Aldeia Kamakã, dos indígenas Pataxo Hã-Hã-Hãe, no município de Esmeraldas.

## Tradições em foco

Para avançar nos estudos e defesa desses povos, em junho de 2021, o Nacab criou na ATI Paraopeba a Assessoria Especial para Povos e Comunidades Tradicionais. A área é conduzida pelo educador Cláudio Rodrigues, ex-coordenador executivo da Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável para PCTs no governo da Bahia.

Cláudio conta que tem mobilizado a construção de uma agenda de trabalho com encontros, formações, fomento da organização para a luta por direitos e efetivação de políticas

públicas. “Queremos dialogar sobre o processo de reparação considerando as especificidades desses vários segmentos, dos seus modos de vida e tradições. Com nossas pesquisas, atividades e o primeiro encontro realizado em maio deste ano na Região 3, queremos aumentar a potência do despertar dessas comunidades sobre seus direitos enquanto comunidades tradicionais e enquanto modos de vida específicos. É preciso também que elas se mobilizem a partir de seus arranjos organizativos e construam sua agenda de lutas”, afirmou.

# Unindo forças para conquistar direitos!

E AÍ, JUCA, O QUE ACHOU DA REUNIÃO?



NOSSA, ANA, É MUITA COISA AINDA PRA LUTAR, NÉ? É PROJETO PRA MELHORAR A COMUNIDADE, PRA RECUPERAR NOSSA RENDA...



... E TAMBÉM O MEIO AMBIENTE, TER O NOSSO RIO DE VOLTA...



FORA TUDO ISSO, AINDA COBRAR DA VALE UMA INDENIZAÇÃO JUSTA!

Fabiana 2022



ESSA GENTE DE MINERADORA É PODEROSA DEMAIS...

É, COMPADRE, A COMUNIDADE VAI TER QUE SE UNIR, VIU?



MAS VOCÊ NÃO OUVIU O PESSOAL DO NACAB FALANDO? SÓ AQUI NA REGIÃO 3, SOMOS MILHARES DE ATINGIDOS!



VERDADE, JUCA. A UNIÃO FAZ A FORÇA!

O QUE A GENTE PRECISA MESMO É CHAMAR TODO MUNDO PRA PARTICIPAR DAS COMISSÕES, DAS REUNIÕES E DOS ENCONTROS COM O NACAB.



ISSO, ANA. REIVINDICAR NOSSOS DIREITOS! VOU AGORA MESMO PROSEAR COM MEUS VIZINHOS!

EU VOU FAZER O MESMO! E NA PRÓXIMA REUNIÃO, LEVO AINDA MAIS GENTE, A COMUNIDADE TODA!

TEM DÚVIDAS SOBRE O PROCESSO DE REPARAÇÃO? QUER SABER COMO PARTICIPAR DAS AÇÕES DO NACAB? MANDE UMA MENSAGEM PARA O CHIP DÚVIDAS NO NÚMERO (31) 99596-9065